

APRESENTAÇÃO

Disse o poeta que o historiador “veio para ressuscitar o tempo e escalpelar os mortos”. Fiel ao vaticínio, este número da *Revista Brasileira de História* escarafuncha a memória de um lugar e de um tempo crítico para a nacionalidade: o *Brasil, do ensaio ao golpe: 1954-1964*. Nem lamentação, nem regozijo encontraremos nas páginas seguintes. Nos depararemos com história, ou melhor, historiografia. Mas não há nesse encontro descabida pretensão de prioridade ou de originalidade. Pelo contrário.

Há dez anos, isto é, três décadas após o golpe de Estado de 1964, a própria RBH publicava um dossiê com as mesmas características do presente número. Naquele momento, o título da revista era *Brasil 1954-1964*, e trazia matérias representativas de uma radiografia de então sobre o conhecimento historiográfico do período. Estavam ali presentes temas como a atuação das esquerdas, a análise da historiografia sobre o golpe, a ação política dos camponeses e de trabalhadores urbanos, o comunismo, o nacionalismo nas relações externas, a vinculação entre política e cultura etc. Os recursos metodológicos adotados eram os mais variados, denotando a influência expressiva de novos métodos e abordagens da história cultural já então consolidados. A preocupação com o conceitual relativo à história do tempo presente era evidente. Na composição dos artigos, os historiadores valiam-se de instrumental tradicional como a pesquisa em periódicos, em papéis partidários ou em documentos de Estado, mas recorriam também à produção artística, às evidências fotográficas, às memórias e às histórias de vida.

Na Apresentação daquele que era o nº 27 de nosso periódico, o Conselho Editorial definia como objetivo da publicação algo perfeitamente endossável para a atual edição : “Agora, em 1994, olhando o passado de trinta e quarenta anos atrás, impõe-se um balanço reflexivo sobre a historicidade das forças sociais da época, bem como dos conceitos que permearam as teorias que tentaram explicá-las”.

Todos ou quase todos os temas e caminhos epistemológicos experimentados no número de 1994 também aparecem contemplados agora, em 2004, não tendo o Conselho Editorial atual encaminhado qualquer diretriz no sentido

de determinar tal aproximação. O procedimento editorial pautou-se pela praxe estabelecida há muitas décadas, isto é, a partir da definição do tema central do número, aguardaram-se as espontâneas contribuições que foram submetidas à avaliação dos pares. Assim, neste número 47 da RBH, passa-se às mãos dos leitores doze textos. Caio Navarro de Toledo cuida de entender os significados do governo Goulart, a fim de avaliar as posições adotadas pelas esquerdas na época do golpe; Jorge Ferreira aponta para a radicalização de diversos grupos de esquerda, reunidos na Frente de Mobilização Popular, e para suas estratégias; Carlos Fico traça um apanhado da historiografia sobre o período, encontrando linhas de ruptura e continuidade entre os estudiosos; Maria E. Borges examina as representações de mundo dos camponeses e suas lutas pela reforma agrária; Heloísa H. Cardoso aprecia a trajetória de um típico trabalhador do período, um candango em Brasília; A. N. Codato e M. R. Oliveira investigam o anticomunismo acendrado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade promovidas pelo catolicismo conservador; Marcelo Mattos rediscute os liames permeados pelo nacionalismo entre o Estado, os empresários e os trabalhadores; Flávia Biroli trabalha as analogias possíveis entre imprensa e política durante o governo de Kubitschek; M. Napolitano, D. Verbinatti e M. Garcia, respectivamente, refletem sobre as questões culturais do período a partir de temas como a música e os músicos brasileiros, a sátira política e a divulgação cultural engajada. Por fim reproduz-se um documento do período pré-golpe, de autoria de San Thiago Dantas.

O leitor acurado destas linhas já intuiu a rematada similitude entre aquele número de 1994 e o que ora se publica, embora tivessem em comum, na origem, apenas o tema de chamada de artigos e o caráter efemérico dele decorrente.

O que, então, esse constante e análogo olhar sobre o mesmo passado, qualidade especial de uma publicação longeva, pode sugerir aos estudos históricos? A resposta é necessariamente múltipla e variada. Primeiramente, reafirmem-se aqui alguns básicos pressupostos de nosso peculiar conhecimento: não foi intenção da *Revista* buscar a origem última ou a interpretação definitiva da história brasileira do Golpe de 1964. Como salta à vista dos contemporâneos historiadores, não existe, nem em si, nem para uso específico sobre uma conjuntura, um ponto de vista eterno sobre o mundo e suas circunstâncias. A óptica do Golpe de 1964, suas fontes de pesquisa, suas referências, seus estudiosos, tudo é histórico, encaminhando para uma objetividade absoluta inatingível.

Entretanto, o que mudou em relação à edição de dez anos atrás, se os

temas e as abordagens apresentam-se semelhantes? Poder-se-ia dizer que se cristalizaram determinadas explicações e que elas então dominam as interpretações sobre o período? Emília Viotti da Costa, no artigo de abertura da edição de 1994, asseverava: “quando se examinam as mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos trinta anos observa-se um deslizamento progressivo de um momento estruturalista que privilegiava a necessidade, para um momento anti-estruturalista que dá ênfase à liberdade. De uma ênfase no que se definia como ‘forças históricas objetivas’, para uma ênfase na ‘subjetividade’ dos agentes históricos... Fazer história do ponto de vista do participante passou a ser o novo lema... como se a história se resumisse numa confusão de subjetividades... As conexões entre o cotidiano e a macrofísica do poder são esquecidas”. Linhas adiante, a professora recomendava a “necessidade de trabalharmos na direção de uma nova síntese”.

Teriam os nossos autores, neste número 47 da RBH, caminhado na direção apontada por nossa eminente historiadora? Cabe, fundamentalmente, ao leitor, a avaliação. Entretanto, indique-se que nesta última década, a partir dos artigos que apresentamos, não parece ter vencido completamente o linguicismo grosseiro de certos estudos de discursos, nem os parâmetros estruturalistas permanecem intocáveis como modelo para o fazer história. Talvez, como linha de tendência, adote-se hoje um comportamento menos indignado com as explosões de subjetivismo que acometem o conhecimento histórico, para o bem e para o mal.

O que certamente mudou em nosso ofício, não foram os temas e os métodos já praticados há dez anos e agora ainda mais investigados. Alguma transformação terá ocorrido, não na essência e não na forma, mas na alma do conhecimento histórico. Hoje, o pensamento sobre o passado labora num certo pessimismo que tornaria ingênuas as palavras da citada historiadora ao finalizar seu artigo: “O momento favorece uma nova síntese... que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare os caminhos do futuro”. Hoje amamos nossas incertezas e não ousamos imaginar que o futuro pode ser preparado.

O mesmo poeta, Carlos Drummond de Andrade, que se referiu ao historiador como ressuscitador do tempo, pressagiu-lhe amarga sina: submeter-se sempre a “ilusões jamais confirmadas nem desfeitas”.

Conselho Editorial